



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,
raça/etnia, sexualidades**

Sub-eixo: Antirracismo e Serviço Social

O PENSAMENTO DE LÉLIA GONZALEZ SOBRE AS RELAÇÕES SOCIAIS DE GÊNERO, “RAÇA”/ETNIA E CLASSE

MOÍZA SIBERIA SILVA DE MEDEIROS¹

AURENIR CUNHA DOURADO²

ERICA APARECIDA DE SOUZA³

RESUMO

Objetiva-se refletir sobre o processo de “branqueamento” vivenciado por Lélia Gonzalez dentro do sistema educacional brasileiro e compreender as desigualdades sociais, de “raça”/etnia, classe e de gênero, identificando possibilidades de enfrentamento. Na perspectiva de uma sociedade livre de opressão e exploração, vislumbra-se ser indispensável a luta feminista, antirracista e anticapitalista.

Palavras-chaves: Gênero. “Raça”/etnia e classe. Sistema Educacional. Feminismo Negro.

ABSTRACT

The objective is to reflect on the process of “whitening” experienced by Lélia Gonzalez within the Brazilian educational system and understand social inequalities, of “race”/ethnicity, class and gender, identifying possibilities for coping. From the perspective of a society free from oppression and exploitation, the feminist, anti-racist and anti-capitalist struggle is seen as indispensable.

¹ Universidade Estadual do Ceará

² Universidade Estadual do Ceará

³ Universidade Estadual do Ceará

Keywords: Gender. “Race”/ethnicity and class. Educational System. Black Feminism.

1. INTRODUÇÃO

A partir de alguns recortes sobre a vida e obra de Lélia Gonzalez, iremos nos deter ao processo de “branqueamento” vivenciado pela autora dentro do sistema educacional brasileiro. A partir desse contexto, nosso objetivo é identificar como as barreiras sociais, de “raça” de gênero e classe estão imbricadas nesse movimento; e refletir sobre as possibilidades de enfrentamento e superação. Dessa forma, traz-se como referência um pouco da trajetória dessa mulher negra, ativista e intelectual, reconhecida internacionalmente por suas produções e intervenções; sobretudo, por seu engajamento no movimento negro e, em especial, das mulheres negras.

Há mais de três décadas a autora já discutia sobre essas questões, dentre seus feitos, de maneira contundente, realçou a presença marcante da coletividade negra na formação cultural brasileira, inspirando novos estudos dentro e fora do Brasil. As investidas de apagamento da identidade de Lélia, enquanto mulher negra dentro do sistema educacional, era uma constância. E, apesar dos avanços em direção à luta contra o racismo e o sexismo no nosso país, essa condição ainda se mostra latente no cotidiano das pessoas negras; sendo sentidas em maior proporção pelas mulheres da etnia anteriormente mencionada. Nessa discussão, por intermédio de Alex Ratts e Flávia Rios, partiremos da infância de Lélia Gonzalez, atravessando sua juventude, vida adulta, até à docência.

2. CONVIVENDO COM AS DESIGUALDADES “RACIAIS”, DE GÊNERO E SOCIAIS

Lélia de Almeida, nasceu em Belo Horizonte - MG, em 01/02/1935. Sua mãe, dona Urcinda, de ascendência indígena, analfabeta, e empregada doméstica e seu pai, um ferroviário negro, o sr. Acácio Joaquim. Sua família era extensa e de poucos recursos, sendo Lélia, a penúltima de 18 filhos. Porém, a condição econômica da família começa a mudar quando Jaime de Almeida, um de seus irmãos mais velho, passou a atuar num Clube no Rio de Janeiro,

tornando-se um jogador importante e famoso no Fluminense e no país inteiro. (Ratts e Rios 2010).

Com o pai já falecido e o irmão em melhores condições de ajudar a sustentar a família, todos migram para o Rio de Janeiro. Apesar da nova conjuntura, Lélia ainda criança, ao chegar naquela cidade, se ocupa de babá e depois de empregada doméstica, atividades naturalmente exercidas por meninas e mulheres negras, à época. (Ratts e Rios 2010). Segundo relatam Pereira e Holanda (1980, p.202), a própria Lélia relatou que na sua família era comum estudar somente até à escola primária, pois trabalhar era um imperativo, uma espécie de “esquema ideológico internalizado”, em que todos tinham de ajudar no sustento da casa.

A fim de demonstrar como se estreitava o “gargalo” das oportunidades educacionais para não brancos, naquele contexto, os autores citam essa grande desproporção que aparece nos censos de 1940 e 1950, apresentados pelo sociólogo Carlos Hasenbalg: “Em 1950, os brancos - representando 63,5% da população total - detinham 97% dos diplomas universitários e 84% dos diplomas da escola primária” (2005, p.193). Na compreensão de Ratts e Rios (2010) essa realidade não só representava a desigualdade racial; essa enorme discrepância gerava o distanciamento de possibilidades à escolaridade e conseqüentemente à ascensão social das pessoas negras. Os autores comentam: Tal “pressão” não vinha apenas dos próprios familiares e vizinhos, mas também, de ônus acumulado com a discriminação racial e de gênero. A sociedade da época, não estimulava as mulheres à cursar o ensino superior; fazia-se o mesmo com as pessoas negras, mais ainda, com as mulheres negras. (2010, p. 41)

Para Ratts e Rios (2010, p. 31,2) essas barreiras raciais, de gênero e sociais, pareciam, aos poucos, serem superadas pelas atividades que significavam “mecanismos individuais de ascensão social de pessoas negras”. A princípio, por Jaime, através do esporte e, mais tarde, por Lélia, pela educação. Todavia, até chegar nesse estágio, Lélia afirma ter vivenciado, no espaço educacional, um processo de “lavagem cerebral” em que, na proporção que aprofundava seus conhecimentos, mais rejeitava sua condição de negra (Gonzalez, 1979, p. 202).

Sobre esse processo, Ratts e Rios (2010, p. 44) destacam as contribuições de Abdias Nascimento, em *Genocídio do Negro Brasileiro* (1978), comparando-o à “assimilação e aculturação”. Para Lélia seria a ideologia do “branqueamento”, a grosso modo, um processo de internalização de desconstrução da sua própria identidade. A autora comenta a experiência vivida e a proporção desigual por ser uma mulher negra:

Na faculdade eu já era uma pessoa de cuca, já perfeitamente embranquecida, dentro do

sistema. Eu fiz Filosofia e História. E a partir daí começaram as contradições. Você enquanto mulher negra sofre evidentemente um processo de discriminação maior” [...] (Gonzalez, 1979, p. 202).

Nessa direção, Nascimento (1978) aponta alguns elementos que, entende fazer parte da constituição desse enquadramento, como: a ausência da memória da África e de referências adequadas ao africano e ao negro no sistema educacional, incluindo à universidade; a “estética da branquidão”; adoção de referência pelo modelo branco de beleza, arte e cultura e rejeição ao africano e ao negro; o discurso de harmonia nas relações raciais brasileiras; a ausência de espaço para a expressão política e cultural negra; a reprodução de estereótipos raciais (e sexistas); e o desejo de ser o Outro. Ou seja, branco, europeu, colonizador, ocidental.

Morando no subúrbio e completamente envolvida nos estudos, Lélia cada vez mais se distanciava da trajetória de muitas jovens negras e pobres, “estava começando a sair dos lugares sociais predestinados à população negra, que ela chamaria de “lugar de negro”. Além do bacharelado em História e Geografia e da licenciatura em Filosofia ela dedicou-se aos estudos de outros idiomas, dentre eles, inglês, espanhol e francês (Ratts e Rios 2010, p. 36, 40).

Bassanezi observa, que esse perfil de Lélia com um certo nível de intelectualidade, ainda muito jovem e solteira, fugia dos padrões estabelecidos: o de ser mãe, esposa e dona de casa - destino “natural” das mulheres à época (2006, p.609). Assim, à medida que Lélia avançava em sua trajetória acadêmica, a cada dia, convivia menos com pessoas negras escolarizadas. Pois, havia uma enorme discrepância de acesso entre negros e brancos ao sistema educacional. (Ratts e Rios 2010 p. 41).

A fim de demonstrar como se estreitava o “gargalo” das oportunidades educacionais para não brancos, naquele contexto, os autores citam essa grande desproporção que aparece nos censos de 1940 e 1950, apresentados pelo sociólogo Carlos Hasenbalg: “Em 1950, os brancos - representando 63,5% da população total - detinham 97% dos diplomas universitários e 84% dos diplomas da escola primária” (2005, p.193). Na visão de Ratts e Rios (2010) essa realidade não só representava a desigualdade racial. Essa enorme discrepância gerava o distanciamento de possibilidades à escolaridade e, conseqüentemente, à ascensão social das pessoas negras. Os autores comentam:

Tal “pressão” não vinha apenas dos próprios familiares e vizinhos, mas também, de ônus acumulado com a discriminação racial e de gênero. A sociedade da época não estimulava

as mulheres a cursar o ensino superior. Fazia o mesmo com as pessoas negras, mais ainda com as mulheres negras. (2010, p. 41)

A adoção de padrões e comportamentos ditados pelos representantes da elite brasileira dentro dos espaços educacionais, foi uma constância na vida de Lélis. A exemplo disso, já na condição de professora, Lélia aparece em uma das fotos do acervo pessoal da amiga, Ana Felipe, onde se encontra em um evento de formatura junto às suas alunas. Naquele contexto percebe-se características que coincidem com alguns dos elementos elencados por Nascimento (1978) quanto ao modo de se vestir das mulheres e a textura do cabelo das mulheres negras. Vejamos:

[..] a professora Lélia de Almeida, peruca lisa e penteada para trás, aparece no retrato usando um vestido claro, na altura do joelho, decote discreto. [...] Quase todas as jovens estudantes, brancas ou negras, estas últimas em minoria, apresentam-se com perucas ou penteados lisos ou alisados. (Ratts e Rios 2010, p. 49)

Esse “modelo”, Guacira Lopes Louro, vai chamar de “anormatização” do corpo e do comportamento das estudantes, incluindo também as professoras. Para a autora esse processo ocorre através de diversos dispositivos de controle e de normas de obediência a superiores etc. “Construía-se uma estética e uma ética. Uniformes sóbrios, avessos à moda, escondiam os corpos das jovens, tornando-os praticamente assexuados, e combinavam com a exigência de uma postura discreta e digna”. (Louro, 2006, p. 461)

Na concepção de Dávila a perspectiva de insubordinação, por parte das mulheres negras, parecia distante de surgir. O ato de alisar ou “baixar o volume” dos cabelos, por exemplo, se apresentava como uma sentença, uma forma “catalisadora” de inclusão social. Em Diário de Brancura, ele afirma que as escolas criadas pela elite “foram projetadas para imprimir sua visão de uma nação brasileira imaginária naquelas crianças, sobretudo, pobres e não-brancas que deveriam ser a substância daquele ideal” (Dávila, 2006, p.24).

Desta forma, ele explica como surgiu a ciência estética, ainda no século XVIII, e como se transformou em teorias racistas, aniquilando toda e qualquer aparência fora do “padrão”. De acordo com Jerry Dávila, historicamente, sobre o corpo do negro, foi imputado tudo que é negativo. Destarte, ser negro no Brasil, é ser condenado a um juízo de valor no qual, as características como a cor da pele e o tipo de cabelo, servem de parâmetro para medir o grau de discriminação. Nas palavras do autor,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

A eugenia foi uma tentativa científica de “aperfeiçoar” a população humana por meio do aprimoramento de traços hereditários — noção popular por toda a Europa e Américas no período entre guerras [...] Uma eugenia “pesada” baseada na remoção do acervo reprodutivo de indivíduos que possuíam traços indesejados por meio da esterilização ou do genocídio foi aplicada em diversos graus em países como a Alemanha Nazista, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos. Essa variedade de eugenia combinava bem com as ideias sobre raça defendidas pelas elites brasileiras que admitiam a inferioridade dos pobres e não-brancos e ainda assim buscavam a possibilidade de recuperar essa população e, conseqüentemente, a nação (Dávila, 2006, p. 31-32).

Para Foucault (1997), a eugenia cumpre seu papel na rotulação da raça negra como uma praga que deveria ser mantida à distância e, de algum jeito, extinta como pessoa humana. Desta maneira, à medida que essa realidade é vista como obstáculo para o projeto de nação dos representantes da burguesia, eles se incubem de “branquear” sujeitos. Daí surgem os que passaram a chamar de mestiços, àqueles cuja cor da pele estivesse mais para a parda e de cabelos menos crespos e armados e desse modo, a sociedade foi se constituindo e hierarquizando as relações de poder.

Nesse contexto, a discriminação racial atinge as subjetividades de negros e negras de forma mais hostil, substancialmente, as de pele mais escura, cabelos crespos, de cachos sem definição e com características físicas pouco harmônicas. Estigmatizadas, as pessoas negras são coagidas a estabelecerem outras formas de socialização como resistência às opressões físicas e simbólicas vivenciadas por todo o percurso da história da civilização humana.

Portanto, é importante evidenciar que mesmo no período de escravidão no Brasil, os negros não aceitaram apáticos e indiferentes a condição de discriminados e subjugados. Wilson Mattos (2013), no livro “Negros contra Ordem”, adverte que é importante reconhecer que os danos da escravidão não podem apagar as diversas formas de enfrentamento protagonizadas por negras e negros. As revoltas e fugas apesar de ter causado muito sofrimento às pessoas escravizadas, contribuíram, definitivamente, para o fortalecimento de comunidades negras resistentes.

3. “CORPORIFICAÇÃO” DA CONSCIÊNCIA NEGRA

Retomando a trajetória de Lélia, nos primeiros tempos da ditadura militar no Brasil,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

percebe-se que mudanças significativas foram surgindo em sua vida, não apenas na esfera pública, mas também no âmbito privado. Lélia de Almeida, casa-se com Luíz Carlos Gonzalez, homem branco, de origem espanhola, que assim como ela, havia se graduado em Filosofia, na Universidade do Estado da Guanabara. Lélia, agora, Gonzalez, relata à Pereira e Hollanda (1979), sobre a oposição ao casamento, por parte da família do marido e; de como veio à tona, todo um processo de internalização de um discurso da “democracia racial” (Ratts e Rios, 2010, p. 51). Nas palavras de Gonzalez:

A família do meu marido achava que o nosso regime matrimonial era, como eu chamo de “concubinagem”, porque mulher negra não se casa legalmente com homem branco; é uma mistura de concubinato com sacanagem, em última instância. Quando eles descobriram que estávamos legalmente casados, aí veio o pau violento em cima de mim: claro que eu me transformei numa “prostituta”, numa “negra suja” e coisa desse nível... Mas meu marido foi um cara muito legal, sacou todo o processo de discriminação da família dele, e ficamos juntos até sua morte. (Pereira e Hollanda, 1979, p.203)

Sobre situações como esta, narrada por Lélia Gonzalez, em que torna em evidência o “mito” da democracia racial e; do racismo estrutural, Mirla Cisne (2014, p.147) alude, que tende-se a serem enfrentadas de forma individual. Todavia, as relações de gênero, ou como a autora prefere, prioritariamente, chamar de “relações sociais de sexo”, não são questões isoladas ou, meramente, individualizadas entre homens e mulheres, mas relações sociais estruturantes, consubstanciadas com os conflitos de classe e; de raça/etnia.

Ou seja, só são possíveis de mudá-las no coletivo, visto que, se enfrentadas individualmente, apesar de sua importância, os resultados nessas relações, não ocorrerão em sua estrutura. A autora entende, que para se obter os resultados que recaiam em alterações objetivas e, convicções que criem a produção e a reprodução da vida em sociedade; faz-se necessário, que os sujeitos políticos se organizem coletivamente. Vejamos:

Referimo-nos aqui à importância dos movimentos sociais e partidos políticos de esquerda que incorporem a luta feminista, antirracista e anticapitalista para a construção de um projeto societário radicalmente pautado na liberdade e na igualdade substantiva. [...] Todavia, tal projeto deve, necessariamente, incorporar a luta feminista e antirracista para que possamos pensar em uma sociedade livre de todas as formas de opressão e exploração. (Cisne, 2014, p.147)

Lélia Gonzalez parecia comungar com essa ideia, pois a autora começa esse processo de forma individual e depois com seus pares. Segundo depoimento da própria Lélia, seu marido, Luíz Carlos Gonzalez, foi a primeira pessoa a questioná-la com relação ao seu próprio



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

“branqueamento”. O sobrenome “Gonzalez” escolhido por Lélia, em substituição ao “Almeida”, coincide com sua inserção numa nova concepção de mundo; um processo de busca de reconstrução identitária. (Ratts e Rios 2010.p. 53)

A partir de então, ela passa a vivenciar o “descobrimento” de sua “negritude”, de “tomada de consciência”, racial e de gênero, frente às críticas e aos circuitos que pertencia. E, a superação de seus próprios “mecanismos de racialização, de esquecimento, de recalçamento”[...] essa força; veio da psicanálise, da cultura negra e das manifestações que, outrora, para Lélia Gonzalez, eram consideradas primitivas, como a macumba e o candomblé. Ratts e Rios (2010, p. 60). Esse processo, alguns autores nomeiam de “corporificação da consciência negra”, com evidência, mais nítida, no uso do cabelo ao natural; cacheado a crespo e volumoso, estilo black power, às vezes.

Deste modo, Gonzalez (1988b) refutava a ideia propagada de que todos são iguais perante a lei, o que atribui à uma propensão, evidentemente, fingida em nossas sociedades. Para ela, o racismo latinoamericano é, absolutamente, rebuscado para assegurar, que negros e índios, permaneçam na categoria de subalternos no miolo das classes mais exploradas; em virtude da sua forma ideológica, mais competente: “a ideologia do branqueamento”. Sendo assim, a convicção de que os preceitos, opiniões e tudo que se refere ao Ocidente branco é superior, legítimo e absoluto, são eternizados e difundidos pelos meios de comunicação de massa e pelos aparelhos ideológicos tradicionais causando efeitos devastadores na identidade das pessoas negras.

Uma vez estabelecido, “o mito” da superioridade branca, demonstra sua eficácia pelos efeitos de estilhaçamento, de fragmentação da identidade racial que ele produz: o desejo de embranquecer (de “limpar o sangue”, como se diz no Brasil). É internalizado, com a simultânea negação da própria raça, da própria cultura (Gonzalez, 1988b). Diante dessa conjuntura, Lélia se manifesta e reage aos chamados, “intérpretes do Brasil”: ao arianismo de Oliveira Vianna; ao elogio da mestiçagem de Gilberto Freyre e; às tintas patriarcais das formulações de Caio Prado Jr - em seu conceituado “A formação do Brasil Contemporâneo”.

Faz críticas à persistência do racismo e do sexismo na cultura brasileira e defende candidaturas negras e de mulheres. Sem a pretensão de nos aprofundarmos no conjunto de sua obra, citaremos aqui algumas das interlocuções realizadas por essa autora; a fim de compreendermos alguns dos vários motivos, que fazem de Lélia Gonzalez, um dos maiores

nomes do movimento negro no Brasil.

4. ENGAJAMENTO NO MOVIMENTO NEGRO: FEMINISMO NEGRO

Vivendo a sua “negritude”, Lélia se preocupou em aproximar a teoria adquirida na academia, à prática vivenciada nos circuitos populares de produção cultural. Portanto, se manteve atenta, às várias expressões culturais, inclusive em relação ao carnaval. Em seu livro, *Festas Populares no Brasil* (1987), ela traz importante interpretação desses eventos sobre a formação da cultura brasileira. Onde interpreta, que se constitui a partir de um “modelo eurocatólico”; em que nossas festas populares são realizadas no espaço representativo instaurado por esse ideal; registradas e, fixadas no calendário pela igreja. (Ratts e Rios 2010, p. 60).

Apesar disso, Lélia Gonzalez acredita ser possível vislumbrar, uma espécie de rompimento dessas fronteiras impostas por esse “modelo” dominante. Assim, para se compreender as festas populares, ela entende que é necessária a interferência de formas justas, de outros “modelos” culturais, tanto africanos, como indígenas (Gonzalez 1987 p. 15). É nessa trama que a autora insere-se no movimento negro do Rio de Janeiro, de São Paulo e de Salvador; surgindo ali, uma intelectual ativista negra, que fazia a “transa”, como ela costumava falar, entre o pessoal, o cultural e o político. Assim, para Ratts e Rios (2010, p.71), pode-se dizer, que a vida de Lélia Gonzalez começa por volta dos 40 anos.

Nessa trajetória, ela aborda em diversos artigos de sua autoria, as influências do movimento internacional da “negritude”, nas expressões culturais conhecidas e vividas no Brasil; tendo atuado diretamente na elaboração, no fortalecimento e disseminação do movimento negro, que se reergueu no Brasil, no final dos anos 1970. Etapa, em que a autora faz referência em seus textos de “silenciamento, a ferro e fogo, dos setores populares e de sua representação política” (1982, p. 11). Todavia, vale sublinhar, que apesar da repressão que se instaurou naquele momento histórico, o movimento negro se fortalecia se espalhava por todo o país.

A exemplo, O Cecan - Centro de Cultura e Arte Negra em São Paulo; o bloco afro Ilê Aiyê; que questionava “o mito” da democracia racial em Salvador; no Rio Grande do Sul que colocava em pauta a discussão do dia 20 de novembro como Dia Nacional da Consciência Negra; dentre



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

outros temas. Dessa forma, o Brasil principiava a promoção de ações coletivas críticas, à perspectiva hegemônica de harmonia racial. A autora focaliza nas sequelas subversivas do racismo na sociedade, onde os efeitos, podem ser percebidos e sentidos, tanto entre os sujeitos que sofrem a dominação, quanto por quem a realiza (Ratts e Rios, 2010, p. 78).

5. PRODUÇÕES, PROPOSIÇÕES E INTERVENÇÕES

Entre 1977 e 1988, Lélia Gonzalez realizou intensa produção textual, podendo ser vista em: Lugar de Negro, co-autoria com Carlos Hasenbalg e; Festas Populares no Brasil; assim como artigos publicados em periódicos acadêmicos, revistas e, jornais. Ratts e Rios, ressaltam que outro aspecto da vida de Lélia Gonzalez, que faz parte de sua transformação pessoal, foi sua simultânea inserção e; construção, no território discursivo, como uma figura pública. Nesse cenário, Lélia adota palavras e expressões populares – algumas de origem africana – o “pretuguês”, termo, segundo ela, usado pelos africanos lusófonos. (Ratts e Rios, 2010, p. 78).

Desta maneira, Lélia, insistia em questionar a linguagem: “Eu gostaria de colocar uma coisa: minoria a gente não é, tá? A cultura brasileira é uma cultura negra por excelência, até o português não é português é ‘pretuguês’”(Pereira e Holanda, 1980, p. 205-6). Ela costumava juntar gíria e dialeto⁴; algumas dessas expressões têm muitos sentidos: “esses baratos todos”, “o barato da ideologia do branqueamento”, “deve negro assimilar e reproduzir tudo que é eurobranco? Ou só ‘transar’ que é afro-negro?” Se utilizava também da economia linguística em seus artigos: *cumé* (como é), *tamos* (estamos), *pra* (para), *tava* (estava) e expressões do tipo: “a gente”, em vez de, “nós” por exemplo. Outro traço marcante no uso da linguagem, por Lélia, é o emprego de palavras local e regional em que a autora pretendia deslocar o sentido das palavras” (Ratts e Rios 2010, p. 73, 75). Vejamos:

No Brasil chamamos a pessoa amada de nego ou nega, mesmo se ela for branca, estendendo-se para uma afetividade possessiva: meu nego, minha nega. E sua aplicação nem sempre é carinhosa, como poderia sugerir o diminutivo. [...] A troca de um termo por outro, como fazemos ao chamar alguém de moreno ou morena, em vez de negro ou negra, é um ato comunicacional de grande importância. Basta lembrarmos que na música popular brasileira existem inúmeras canções elogiando a morena e o moreno, e poucas que ressaltam a negra e o negro. (Ratts e Rios 2010, p. 75)

⁴Para (Preti,1984) a gíria se refere a um grupo de termos e linguagens usualmente relacionadas a grupos sociais que podem ultrapassar para públicos mais gerais. Já o dialeto é, sem entrar em pormenores, uma variação da língua falada o que faz do nosso país “multidialeto” por conta da “composição étnica e racial, urbana e rural da população”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

No entanto, nos anos de 1991 e 1994, a autora fez pouco uso da linguagem coloquial em suas entrevistas e publicações; como em: “A mulher negra na sociedade brasileira” (1982), “A categoria político-cultural de amefricanidade” (1988a) e “Nanny” (1988c), o que parece coincidir, com períodos mais reflexivos de Lélia. Ela constrói seu pensamento e faz interlocuções a partir de pensadores de países africanos, dos Estados Unidos, da Europa, da América Latina e do Caribe perpassando por diversas áreas do conhecimento como pela sociologia e antropologia (Ratts e Rios 2010, p. 76).

Na sociologia, o pensamento de nação e relações raciais, a partir de Guerreiro Ramos - Rio de Janeiro; nos estudos sobre a capital seteropolitana - escola baiana em Thales Azevedo e, das produções realizadas pelas pesquisadoras do IBGE - manuscritos de Lúcia de Oliveira, Rosa Porcaro e Teresa Cristina Araújo Costa. Na antropologia, a autora parte das elaborações culturalistas de Arthur Ramos e, reflexões estruturalistas de Roberto DaMatta. Lélia tinha um interesse peculiar, nesse último, devido às suas análises do elemento ritualístico; pela grandeza das representações sociais e; pela pressuposição de mudança das hierarquias sócio ocupacionais, em circunstâncias em que as normas são intermitentes, como nas festas e, no carnaval. (Rios e Lima, 2020 p. 11-13).

A partir dos países da Europa, Lélia Gonzalez conversa com o feminismo de Simone de Beauvoir - O Segundo Sexo, em sua versão do segundo pós-guerra; com o marxismo, em especial, da escola francesa, para pensar as classes na estrutura da coletividade e o conceito de ideologia e consciência. Da psicanálise, inclui às suas reflexões, notadamente, ao aspecto cultural da dominação e da subversão através da linguagem. Desta forma cria, à sua maneira, uma reflexão sobre a cultura, conectando-a à psicanálise e às ciências sociais.

Todavia, apesar de todo esse ecletismo, o brilho inofuscável de Lélia Gonzalez é alcançado por ela, com o grande feito da propagação e do desdobramento do feminismo negro no Brasil e nos demais países americanos. A robustez de sua produção, é reforçada tanto pelo engajamento de seu pensamento às questões próprias de seu país, quanto à capacidade de dialogar com as linhagens críticas, moldadas na contemporaneidade. Logo, Lélia Gonzalez faz a interlocução internacional, com convicção de que, as fronteiras nacionais são apenas ficção social e; política, forjada pelo mundo colonial e capitalista. (Rios e Lima, 2020 p. 12).

A contribuições teóricas e analíticas de Gonzalez, conversam com a produção de



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

intelectuais negras e negros, de outros países. Porém, possui peculiaridades no pensamento e na construção de categorias apoiadas na experiência afro-latino-americana; pelo que se destacam alguns elementos significantes, no pensamento feminista negro, na obra e trajetória de Lélia Gonzalez. Destes, o primeiro, é o papel da autora na assunção da expressão “feminismo negro” - articulação entre pensamento e ação: pensar o feminismo na teoria e na prática, considerando, dessa forma, as questões sociais (Idem).

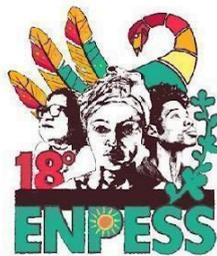
O segundo elemento se refere à importância de se construir um olhar interpretativo a partir das experiências e vivências das mulheres negras, sem naturalizá-las. O terceiro, a construção da interseccionalidade, com atuação política, dentro do movimento negro e feminista e; de uma abertura intelectual, inusitada, para os dias de hoje. E por fim, o último elemento: a construção de novas categorias, como a amefricanidade na redefinição conceitual do pensamento e prática feminista (Rios e Lima, 2020 p. 12).

Na visão de Lélia, a amefricanidade surge como uma categoria, político cultural, que atravessa as barreiras territoriais, linguísticas e ideológicas. Ela concete, criar uma compreensão mais acentuada de toda a América, se contrapondo à conveniência do vocábulo, para denominar apenas os estadunidenses. Assim, a obra de Lélia Gonzalez, que sempre foi referência para as gerações mais velhas, tem sido recuperada também, pelo feminismo negro contemporâneo. (Idem).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho propôs refletir sobre o processo de “branqueamento” vivenciado por Lélia Gonzalez dentro do sistema educacional brasileiro e pela maioria das pessoas negras, em especial, pelas mulheres negras. Para atingir esse objetivo, apoiou-se no pensamento de Lélia Gonzalez e outros estudiosos do tema. Esse processo de apagamento/desconstrução da identidade, é internalizado a partir da propagação do “modelo” branco de beleza, como superior: “a estética da brancura”. Nesse cenário, as barreiras sociais de “raça” e de gênero, evidenciadas no contexto educacional, concorrem, sensivelmente, para o distanciamento das pessoas não-brancas, desses espaços e, conseqüentemente, de ascenderem socialmente.

Os padrões de comportamentos ou, “jeito de ser”, imputados pelo sistema educacional às



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

peças negras e em particular, às mulheres negras, foram criados e idealizados pela elite brasileira, a partir de teorias racistas e sexistas. O objetivo portanto, é de aniquilar toda a aparência fora do padrão, pré-estabelecido e; assim, excluir, os corpos negros, das instâncias de poder. Conclui-se que, as relações sociais de gênero, não são questões isoladas e, tão-somente, individualizadas entre homens e mulheres, mas relações estruturantes, imbricadas com os conflitos de classe, de “raça”/etnia. E, para se chegar a resultados com alterações concretas, nessas relações, é necessário que os sujeitos políticos se organizem coletivamente na luta feminista, antirracista e anticapitalista.

REFERÊNCIAS

BASSANEZI, Carla. Mulheres dos anos dourados. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, p.609.

CISNE, Mirla. Relações Sociais de Sexo, “Raça”/Etnia e classe: uma análise Feminista-materialista – Brasília(DF),: *Temporalis*, ano 14, n.28, p. 147, jul./dez.2014.

DÁVILA, Jerry. **Diploma de brancura. Política Racial no Brasil - 1917-1945**. Tradução Claudia Sant’Ana Martins. São Paulo: UNESP, 2006.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1997.

GONZALEZ, Lélia. **A Juventude Negra Brasileira e a Questão do Desemprego**. 1979.

_____. A categoria político- cultural de amefricanidade. In: *Tempo Brasileiro*. Rio de Janeiro, Nº. 92/93 (jan./jun.). 1988.

_____. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos / organização Flavia Rios, Márcia Lima. --- 1ª ed. --- Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

HANSENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

LOURO, Guacira Lopes. Mulheres na sala de aula. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

MATTOS, Wilson Roberto de. **Negros contra ordem**: astúcias, resistências e liberdades possíveis (Salvador 1850-1888). Salvador: EDUNEB; EDUFBA, 2013.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

PEREIRA, Carlos Alberto M; HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Patrulhas ideológicas**. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRETI, Dino. **A gíria e outros temas**. São Paulo: Edusp, 1984.

RATTS, Alex; RIOS, Flávia M. Lélia Gonzalez: **Retratos do Brasil Negro**. São Paulo: Summus/Selo Negro, 2010.